

PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

EDIÇÃO 5 - 2025



ABCIP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS CONCESSIONÁRIAS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

TELEGESTÃO

Racionalize custos na gestão do parque de iluminação pública com o exclusivo sistema Lime

Saiba mais em telegestao.exatron.com.br



O Know-How da Exatron em relés para iluminação pública como solução para Smart Cities

CERTIFICADO PELO INMETRO
PORTARIA N° 140/2025

Plataforma em nuvem, para controle e medição de cada ponto ativo da cidade



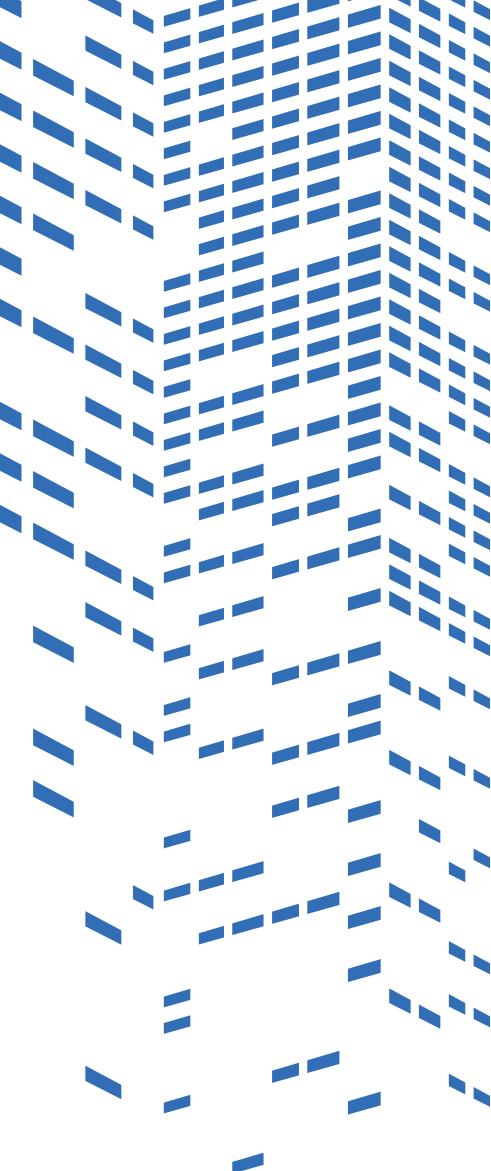
40 exatron
anos A escolha de quem conhece

0800 541 3310 | contato@exatron.com.br

5° PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

2025





EXPEDIENTE

PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA é uma publicação da ABCIP – Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública

É permitida a reprodução desta publicação ou de informações nela contidas desde que a ABCIP seja citada como fonte

Coordenação editorial: RLC Comunicação e Ideias

Coordenação executiva: Eliana Stellino

Edição e entrevistas: Leila Reis

Redação: Roberto Rockmann

Assistente editorial: Vivian Leite

Projeto e design gráfico: Luiz Felipe Gaultieri Monteiro

Formato: 20 X 20 cm

Publicação: junho/2025

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| EDITORIAL | 6 |
| APOIO DA INICIATIVA PRIVADA PARA MUDAR SITUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA É PRIORIDADE PARA O GOVERNO | 7 |
| • PPI – Amadurecimento do mercado confere maior equilíbrio às licitações | |
| • CIDADES – Aposta no financiamento da inteligência urbana de modo sustentável | |
| • MIDR – 50% dos projetos candidatos a recursos de fundo são de cidade inteligente | |
| • ANEEL – Ambiente regulatório favorece a modernização dos parques | |
| RETRATO DO SETOR | 16 |
| • Contratos de PPP de IP | |
| • Contratos dos consórcios | |
| • Projetos em andamento | |
| IP É ESTRATÉGICA PARA CIDADES CONECTADAS | |
| Artigo de Manoel Renato Filho | 25 |
| SMART CITIES TRARÃO NOVOS INVESTIMENTOS PARA O SETOR | |
| Artigo de Vanessa Rosa | 26 |
| INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INVESTEM NA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA | |
| • CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | |
| • BANCO DO BRASIL | |
| • BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO | |
| • BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL | |
| • BANCO DO NORDESTE | |
| OS DESAFIOS PARA AS SMART CITIES NO PAÍS | |
| Artigo de Marcelo Menegatto | 35 |
| CRESCE CONCORRÊNCIA NA INDÚSTRIA DE COMPONENTES E SISTEMAS | |
| NOVA COSIP DEVERÁ SER TESTADA NA PRÁTICA | |
| Artigo de Ana Paula Peresi | 41 |
| QUEM SOMOS | 42 |
| NOSSOS ASSOCIADOS | 43 |



SÓ O ESFORÇO DO PÚBLICO COM O PRIVADO PODE RESOLVER O DÉFICIT EM SERVIÇOS ESSENCIAIS

O otimismo das empresas constatado por meio de pesquisa da ABCIP realizada em parceria com a EY se confirma três anos depois. Apenas no último ano foram registradas 40 licitações que culminaram com 146 concessões de iluminação em 173 municípios, beneficiando 27% da população brasileira. Como poderá ser visto nesta edição, outro fato novo é a boa performance dos consórcios públicos intermunicipais: quatro já estão em plena operação mostrando o potencial desse arranjo para municípios menores.

Os resultados são fruto do esforço contínuo e conjunto entre o setor público e o setor privado. Entrevistas exclusivas com representantes dos Ministérios da Cidades, Integração e Desenvolvimento Regional e Casa Civil, mostram o empenho do Governo Federal para disponibilizar recursos e capacitação para as cidades enfrentarem o déficit na prestação de serviços essenciais à população.

Ao esforço primordial despendido por BNDES e CAIXA se somam agora iniciativas do BANDES, BRDE e Banco do Nordeste. Já o Banco do Brasil vem investindo na qualificação de agentes públicos com o objetivo de fortalecer o ecossistema de PPPs. Aos recursos do FEP



PEDRO VICENTE IACOVINO
PRESIDENTE DA ABCIP

– Fundo de Estruturação de Projetos juntam-se os do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável – FDIRS, destacando que 50% dos projetos de PPP que se candidatam ao uso desses recursos são para cidades inteligentes. Afinal, a convicção geral é de que apenas serviços públicos de melhor qualidade vão reduzir as desigualdades socioeconômicas no país.

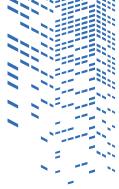
Por outro lado, os efeitos da reforma tributária já são sentidos no setor. Atentos às demandas dos municípios e ao fato de que a infraestrutura de iluminação pública é estratégica para cidades conectadas, a maior parte dos projetos modelados atualmente vai além da modernização da iluminação pública, inclui sistemas de monitoramento e segurança nas cidades, conectividade entre prédios públicos e novos serviços no ecossistema de cidades inteligentes.

Com uma série de dados inéditos e atualizados até abril de 2025, convido-os para uma leitura dos principais fatos que caracterizam o setor no atual momento.



Apoio da iniciativa privada para mudar situação da infraestrutura é prioridade para o governo

Ministérios estratégicos trabalham juntos para oferecer recursos e capacitação para os municípios enfrentarem o déficit na prestação de serviços essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros



AMADURECIMENTO DO MERCADO CONFERE MAIOR EQUILÍBRIO ÀS LICITAÇÕES DE IP

Impulsionadora das parcerias público privadas como forma de enfrentar os problemas de infraestrutura no país, a Secretaria Especial de Parcerias e Investimentos, da Casa Civil da Presidência da República (SEPPI), está muito otimista em relação aos leilões de concessão dos serviços de iluminação pública ainda este ano. Nesta entrevista, Marcus Cavalcanti, titular da SEPPI, analisa o mercado e faz um balanço o trabalho que tem possibilitado a modernização dos parques de IP.



O investimento total estimado para esses projetos é da ordem de R\$ 450 milhões

Marcus Cavalcanti, titular da Secretaria Especial de Parcerias e Investimentos, da Casa Civil da Presidência da República (SEPPI)

Como o senhor vê a expansão das PPPs de iluminação pública?

As PPPs têm se consolidado como importante instrumento para ampliar e qualificar os investimentos em infraestrutura no Brasil para melhorar a prestação de serviços à população. A SEPPI avalia que as PPPs têm sido decisivas para modernizar os parques de iluminação do país, envolvendo a incorporação de tecnologias que permitem monitorar remotamente a rede, identificar falhas e otimizar o uso da energia elétrica, melhorando a eficiência na aplicação dos recursos, com impacto direto no custo do serviço para os municípios. Em muitos municípios, o cidadão já consegue perceber melhorias logo nos primeiros meses de execução contratual. As PPPs de iluminação pública (IP) têm mostrado que é possível entregar infraestrutura moderna, eficiente, sustentável e com reflexos diretos na segurança e na qualidade de vida da população.

O Censo da Iluminação Pública no Brasil mostra que apenas 20% das luminárias do parque de IP usam tecnologia LED. Como o governo federal pretende tratar essa questão?

O percentual de luminárias LED no Brasil ainda está abaixo do ideal, especialmente quando comparado a outros países que já avançaram significativamente na agenda de eficiência energética. O Governo Federal tem atuado de forma estratégica para garantir que

esse avanço seja consistente, bem planejado e sustentável. A transferência da responsabilidade sobre a iluminação pública das distribuidoras de energia para os municípios em 2010 criou um desafio, pois muitos municípios, especialmente os de menor porte, não tinham estrutura técnica e financeira para lidar com a gestão da rede de IP. Esse quadro resultava em baixo investimento e manutenção limitada, o que explica, em parte, o percentual ainda reduzido de luminárias LED. No entanto, essa nova configuração abriu caminho para a expansão das PPPs de IP como solução para suprir a lacuna de capacidade técnica e de investimentos. Hoje, a maioria dos projetos de PPP de IP prevê a substituição de 100% das luminárias pelas de LED nos primeiros anos de concessão, com a implantação de telegestão e monitoramento contínuo. Portanto, embora o percentual atual de luminárias LED ainda esteja aquém do desejado, a tendência de crescimento é clara e acelerada.

A que o senhor atribui à diminuição da concorrência nos leilões de PPP de IP?

Esse fenômeno pode ser explicado por um mercado em consolidação e amadurecimento. É importante lembrar que nos anos iniciais havia um forte apetite do mercado em se posicionar no segmento, até então uma fronteira nova para as PPPs. Investidores e operadores construíam suas estratégias buscando formar portfólios relevantes, muitas vezes aceitando assumir

riscos adicionais para garantir presença no mercado emergente. Com a consolidação do mercado, a quantidade de leilões aumentou consideravelmente. O alto volume de projetos diluiu a atenção e a capacidade de investimento de muitos players, levando à diminuição do número de participantes por leilão. Com a melhoria da estruturação dos projetos e o amadurecimento da avaliação de riscos pelo mercado, os lances apresentados se tornaram mais equilibrados. Com esse avanço, as modelagens passaram a refletir melhor a realidade operacional e os riscos efetivos, diminuindo o nível de descontos oferecido.

Qual é a previsão dos projetos de PPP de IP que chegarão à licitação este ano?

A SEPPI trabalha com uma previsão positiva para a realização de novos leilões. Somente no âmbito do FEP, os projetos com grande potencial de serem licitados ainda este ano são Gravataí (RS), Maranguape (CE), Porto Seguro (BA), Santo Antônio de Jesus (BA), São Félix do Xingu (PA), São José dos Pinhais (PR), São Pedro da Aldeia (RJ), Saquarema (RJ), Vitória de Santo Antão (PE), além do Consórcio Cimpajeú (PE) e Consórcio CDS Litoral Sul (BA). O investimento total estimado para esses projetos é da ordem de R\$ 450 milhões. Esse volume representa não apenas a modernização tecnológica da rede, mas também a implantação de uma infraestrutura estratégica para integração de serviços de cidades inteligentes.



MCID APOSTA NO FINANCIAMENTO DA INTELIGÊNCIA URBANA DE MODO SUSTENTÁVEL

Visando promover o crescimento da infraestrutura de iluminação pública com recursos digitais, o Ministério das Cidades lançou o projeto Cidades Melhores. Nesta entrevista, Carlos Tomé Júnior, titular da SNDUM - Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, do MCID, afirma que somente a criação de serviços públicos de qualidade vai reduzir as desigualdades socioeconômicas no país.

Qual é a estratégia do Governo Federal para resolver os problemas da infraestrutura urbana no país?

Como responsável pela política brasileira de desenvolvimento e ordenamento do território urbano, o Ministério das Cidades tem incentivado a promoção da modernização urbana por meio de apoio a projetos e obras de reabilitação, de acessibilidade e modernização tecnológica; apoio ao planejamento e à gestão urbana municipal e interfederativa. Por meio do Programa Pró-Cidades, oferece condições para formulação e implantação de política de desenvolvimento local a partir do financiamento de investimentos apresentados em projetos integrados de melhoria dos perímetros urbanos. Por meio do Programa de Parcer-

rias de Investimentos (PPI) da Presidência da República, o Ministério promove investimentos além dos mecanismos clássicos de financiamento governamental, a partir de parcerias com o setor privado para acelerar os resultados nas cidades. Com a flexibilização do uso da COSIP na Reforma Tributária tornam-se possíveis o custeio, a expansão e a melhoria de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos. Essa alteração vai possibilitar o financiamento da inteligência urbana de modo sustentável, proporcionando crescimento da infraestrutura, ampliação de negócios, mais segurança para os espaços públicos e dinamização da indústria de base brasileira.

Qual é a parte que cabe à IP/cidades inteligentes no Programa Cidades Melhores?

O Governo Federal entende que o Brasil deve utilizar a tecnologia para resolver problemas reais, criar oportunidades, oferecer serviços eficientes, reduzir as desigualdades urbanas, aumentar a resiliência e focar nas pessoas para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Assim, o Programa Cidades Melhores almeja estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas no país.

O apoio aos municípios na estruturação de projetos de cidade inteligente já começou?

A construção da metodologia para a seleção dos projetos, como previsto no Decreto nº 12.210, de 03/10/2024, vem sendo definida pelo MCID com a equipe do PPI. Entendemos que, para garantir uma maior efetividade da ação, seria importante que a estruturação dos projetos tivesse por base planos locais de transformação digital. Diante disso, vem construindo diretrizes para que todos os municípios elaborem as suas estratégias. O resultado dessa atividade, que envolveu 19 órgãos do governo e representantes de entidades municipalistas, será publicado em breve e servirá como base para a seleção dos 10 projetos-pilotos para iniciar as estruturações.

O senhor acha que a universalização dos serviços de IP está na pauta dos municípios?

Sim, temos convicção da importância da universalização da iluminação pública para todas as cidades brasileiras, por reafirmar o protagonismo do poder público local, viabilizar eficiência energética e ambiental. Por se tratar de uma iniciativa que aumenta a sensação de segurança em vias públicas, possui impactos ambientais positivos e melhora a qualidade de vida. É preocupação dos administradores locais, que vêm atuando para alcançar um desenvolvimento urbano mais sustentável e justo.

Do ponto de vista da eficiência energética, o avanço na modernização da IP ainda

tem sido tímido. Como é possível mudar essa realidade?

Implementando estratégias coordenadas de atuação. Temos participado e orientado as iniciativas do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (FEP) e do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) para modernização da iluminação do maior número de municípios no menor espaço de tempo. Os municípios, estados e consórcios públicos também podem acessar recursos não onerosos do Orçamento Geral da União, por meio da ação 00SY, nos momentos em que a SNDUM abre processos de seleção pública ou por meio de emendas parlamentares. Por meio do programa Pró-Cidades, concessionárias públicas e privadas de serviços de IP podem acessar recursos de financiamento do FGTS, o qual opera com taxas bastante atrativas.



Carlos Tomé Júnior, secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, do Ministério das Cidades

Municípios, estados e consórcios podem acessar recursos não onerosos do orçamento da União



METADE DOS PROJETOS CANDIDATOS A RECURSOS DE FUNDO SÃO DE CIDADE INTELIGENTE

A parceria público-privada é percebida como parte inerente às políticas de estado e as PPPs de modernização da iluminação pública com recursos de smart cities são prioridades para o país. Nesta entrevista, Eduardo Tavares, secretário Nacional de Fundos e Instrumentos, do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional – MIDR, fala do esforço do Governo Federal para acelerar os investimentos em infraestrutura urbana nesse sentido.



O ganho de escala traz uma economicidade de pelo menos 50%

Eduardo Tavares, secretário Nacional de Fundos e Instrumentos, do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR

Nesta entrevista, Eduardo Tavares, secretário Nacional de Fundos e Instrumentos, do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR

Qual é o objetivo do Governo Federal com o Atlas de Território Brasileiro para PPP de Cidade Inteligente?

O Governo tem buscado fortalecer a agenda de concessões e PPPs, por isso ela está dentro do novo PAC, que inova ao considerar investimentos privados para resolver os problemas infraestrutura. Por isso foi criado o FDIRS - Fundo de Desenvolvimento de Infraestrutura Regional Sustentável que começa com recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, no âmbito do MIDR junto com os ministérios da Fazenda, Planejamento e Cidades, coordenado pela Casa Civil, por meio do PPI. O objetivo do FDIRS é financiar modelagens de concessões e PPPs prioritariamente para cidades do Norte, Nordeste e Centro Oeste, as regiões mais vulneráveis do Brasil. Por isso, aproveitamos um estudo avançado sobre o potencial das cidades para fazerem PPPs de maneira regional elaborado pelo IPGC – Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades para compor o Atlas. Como é muito difícil municípios menores viabilizarem projetos de PPP de iluminação pública e cidades inteligentes, o Atlas simula arranjos inter-regionais para modelagem e a criação de um índice de suficiência de COSIP para formar grupos que incluem municípios que não são viáveis para modelar PPP de forma isolada. O ganho de escala traz

uma economicidade de pelo menos 50%. O Atlas traz um pouco dessa provocação e se coloca como mais um instrumento junto ao ecossistema de PPPs que o governo disponibiliza para os entes subnacionais.

Qual a parcela de recursos do FDIRS que já foi usada em projetos de PPP?

Os quatro ministérios elegeram como prioritárias as infraestruturas de resíduos sólidos, drenagem, mobilidade, habitação, educação, saúde, irrigação, parques florestais, estradas e cidades inteligentes. Como o fundo se tornou operacional em meados do ano passado, assinamos o primeiro contrato com a CODEVASF para uma PPP de irrigação no perímetro de Jaíba, em Minas Gerais. Estamos prospectando entes subnacionais e já temos 180 municípios que apresentaram interesse no fundo para modelar projetos, sendo que metade deles é de PPP de cidade inteligente.

O ministro Valdez Góes apresentou aos novos prefeitos no começo do ano uma proposta de fazer Consórcio Nacional para projetos de PPP. Como isso vai funcionar?

O consórcio nacional nada mais é do que a possibilidade de fazer arranjos regionais, de maneira de juntar municípios por adesão para diminuir o custo individual dos projetos de PPP. No caso de projetos de cidades inteligentes, existe a possibilidade de compartilhar centros de monitoramento da rede de IP,

compra de insumos e equipamentos a um custo menor. A de PPP de iluminação pública tem um mercado consolidado, cuja modelagem é quase de prateleira, por isso pensamos em uma solução Inter federativa já prevista na Constituição.

Como o MIDR enxerga o papel das PPPs no impulsionamento da redução das desigualdades regionais?

Este ministério tem uma carteira de programas muito grande que faz com que tenha uma relação direta com mais de três mil municípios para apoiar toda a gama de infraestrutura. Temos a percepção clara que só o recurso público não pode resolver os graves problemas do país. A parceria público-privada hoje é percebida como parte inerente às políticas de estado, afinal a Lei das Concessões já completou 30 anos. Por isso o Brasil é considerado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento modelo para a América Latina e Caribe de ambiente propício para PPP de infraestrutura. O INFRASCOPE 2023/24 do BID, considera o país um mercado mais evoluído, que vê a parceria com o setor privado como mecanismo para acelerar a agenda de infraestrutura do país. Essa avaliação levou o Brasil a ser convidado para o 9º Fórum Internacional de Parcerias Público-Privadas da UNECE – Comissão Econômica das Nações Unidas para Europa, em Belgrado, na Sérvia, para apresentar a agenda de concessões e PPP em infraestrutura e as oportunidades de investimentos privados no país.



MODERNIZAÇÃO DE IP É FAVORECIDA PELO AMBIENTE REGULATÓRIO

Criada em 1997 com o objetivo de proporcionar condições favoráveis para o mercado de energia elétrica se desenvolver com equilíbrio entre os agentes e a sociedade, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL regula a relação das distribuidoras de energia elétrica com os municípios. Nessa seara, a atuação da ANEEL foi intensificada em 2010 com o processo transferência do parque de iluminação pública (IP) das distribuidoras para as prefeituras. O processo foi iniciado com a Resolução Normativa (REN) 414, de 2010, da ANEEL, aprimorada pelas REN 888/2020 e 1000/2021. "Essas resoluções estabeleceram um novo marco regulatório, estabelecendo obrigações das distribuidoras de energia elétrica, além de direitos e obrigações dos municípios enquanto usuários do

serviço público de distribuição", lembra Sandoval Feitosa de Araújo Neto, diretor-geral da ANEEL. "A melhoria do ambiente regulatório proporcionou maior segurança para os investimentos nos parques municipais visto o número crescente de pontos de luz modernizados nos últimos anos". Dessa maneira, entrou no portfólio de objetivos da ANEEL a facilitação da modernização dos parques de IP. Afinal, do ponto de vista energético e de sustentabilidade, quanto mais modernizado o parque, melhor para todos.

"Entre as medidas estão a dispensa da aprovação de projetos para a troca de luminárias por modelos mais eficientes e disposições para permitir e incentivar o uso de sistemas de telegestão", informa o diretor-geral. "As mudanças normativas permitiram ainda que os dados de telegestão possam ser refletidos na apuração do consumo de energia em substituição à estimativa ou avença de consumo".

O fato de apenas 20% do parque nacional de IP ter luminárias de tecnologia LED não surpreende Sandoval Feitosa: "Talvez não seja o ideal, mas foi o possível, e certamente o grande aprendizado do caminho percorrido permitirá que se avance mais rapidamente nos próximos anos", diz. A agência vem trabalhando de forma permanente na melhoria das informações coletadas junto às distribuidoras de energia na BDGD – Base de Dado Geográfica da Distribuidora, cujos dados foram a base do Censo de Iluminação Pública – base 2023, da ABCIP. Sandoval também pondera que "a situação real dos parques de IP somente poderá ser obtida com o cadastro dos próprios municípios".



**A situação real
dos parques
de IP somente
poderá ser obtida
com o cadastro
dos próprios
municípios**

Sandoval Feitosa de Araújo Neto, diretor-geral da ANEEL



Retrato atual da Iluminação Pública

O impacto na qualidade de vida dos brasileiros e nas contas dos municípios pode se atribuído o vigoroso crescimento da modernização dos parques de IP por meio de PPP. Em apenas um ano ocorreram 40 licitações, fazendo com que 27% da população viesse a ser atendida por concessionárias privadas

CONTRATOS

146

MUNICÍPIOS

173

POPULAÇÃO

57 MILHÕES

PONTOS DE LUZ

5 MILHÕES

VALOR DOS CONTRATOS

32 BILHÕES



| Município | Concessionária | População | Pontos de luz | Valor do contrato (R\$ milhões) |
|---------------------------|----------------------------|-----------|---------------|---------------------------------|
| Açailândia (MA) | Luz de Açailândia | 113.121 | 12.780 | 303,83 |
| Água Boa (MT) | ARC Água Boa Iluminação | 26.204 | 3.800 | 46,51 |
| Água Branca (PI) | Concip Água Branca | 17.470 | 2.196 | 31,62 |
| Agudos (SP) | Luz de Agudos | 37.582 | 6.003 | 44,05 |
| Alagoinhas (BA) | Luz de Alagoinhas | 151.065 | 20.000 | 58,58 |
| Albertina (MG) | Smart CGPI | 2.913 | 316 | 2,70 |
| Almeirim (PA) | Infinity Almerim Energy | 34.076 | 3.638 | 74,82 |
| Anapu (PA) | Concip Anapu | 28.607 | 2.470 | 24,09 |
| Andradas (MG) | Smart CGPI | 40.706 | 4.940 | 3,60 |
| Angical (PI) | Cidade Inteligente Angical | 6.779 | 1.105 | 23,88 |
| Angra dos Reis (RJ) | Luz de Angra | 207.044 | 20.839 | 59,00 |
| Aparecida de Goiânia (GO) | Luz Pública de Aparecida | 601.844 | 46.023 | 581,00 |
| Aracaju (SE) | Conecta Aracaju | 664.908 | 58.983 | 256,95 |
| Araçatuba (SP) | Luzes de Araçatuba | 199.210 | 30.000 | 77,00 |
| Araguari (MG) | Ilumina Araguari | 118.361 | 15.583 | 58,32 |
| Aramina (SP) | Luz da Alta Mogiana | 5.420 | 1.120 | 11,62 |
| Ariquemes (RO) | CONCIP ARIQUEMES | 96.833 | 11.447 | 70,57 |
| Bandeira do Sul (MG) | Smart CGPI | 5.713 | 729 | 6,30 |
| Barbacena (MG) | Concip Barbacena | 139.061 | 13.861 | 165,28 |
| Barra do Corda (MA) | Corda Luz | 88.492 | 7.530 | 77,07 |
| Barra do Garças (MT) | Barra Luz | 61.135 | 12.000 | 119,11 |
| Barra do Piraí (RJ) | Luz do Vale | 100.764 | 9.000 | 128,25 |
| Barreiras (BA) | Smart Lux Barreiras | 159.743 | 20.331 | 44,94 |
| Barretos (SP) | Barretos Inteligente | 123.546 | 23.615 | 226,00 |
| Batatais (SP) | Luz da Alta Mogiana | 58.402 | 9.494 | 98,50 |
| Baturité (CE) | Urbantech | 35.218 | 3.874 | 79,50 |
| Belém (PA) | Luz de Belém II | 1.499.641 | 90.000 | 458,54 |
| Belo Horizonte (MG) | BH Iluminação Pública | 2.521.564 | 182.000 | 991,78 |
| Brasília (DF) | CEB IPES | 3.094.325 | 360.000 | 3.330,00 |

| Município | Concessionária | População | Pontos de luz | Valor do contrato (R\$ milhões) |
|------------------------------|-------------------------------|-----------|---------------|---------------------------------|
| Buritizal (SP) | Luz da Alta Mogiana | 4.356 | 860 | 8,91 |
| Cachoeiro de Itapemirim (ES) | Luz de Itapemirim | 210.589 | 18.556 | 38,73 |
| Caieiras (SP) | Caieiras Luz | 102.775 | 13.228 | 54,68 |
| Caldas (MG) | Smart CGPI | 13.630 | 1.852 | 9,02 |
| Campinas (SP) | Conecta Campinas | 1.204.073 | 122.000 | 211,88 |
| Campo Belo (MG) | Cidade Inteligente Campo Belo | 54.186 | 7.244 | 38,25 |
| Campo Maior (PI) | Concip Campo Maior | 46.893 | 5.000 | 47,53 |
| Campos do Jordão (SP) | Campos Luz Iluminação | 52.713 | 6.578 | 31,82 |
| Canoas (RS) | IP Canoas | 349.728 | 35.314 | 137,32 |
| Capela (SE) | Capela Solar | 34.808 | 3.164 | 147,38 |
| Caraguatatuba (SP) | Caragua Luz | 123.389 | 19.987 | 198,51 |
| Carmo do Cajuru (MG) | MG1 Iluminação | 22.693 | 4.700 | 61,37 |
| Carmo do Paranaíba (MG) | CONCIP Carmo do Paranaíba | 30.339 | 2.758 | 74,25 |
| Caruaru (PE) | Luz de Caruaru | 369.343 | 34.000 | 90,26 |
| Castelo do Piauí (PI) | Concip Castelo do Piauí | 19.716 | 2.126 | 29,61 |
| Cataguases (MG) | Luz de Cataguases | 75.942 | 7.871 | 63,76 |
| Catanduva (SP) | FB Luz | 123.114 | 14.628 | 131,89 |
| Caxias do Sul (RS) | Luz de Caxias do Sul | 523.716 | 49.260 | 178,44 |
| Cianorte (PR) | Concip Cianorte | 84.980 | 7.225 | 25,58 |
| Colônia do Piauí (PI) | Colônia Luz | 6.991 | 636 | 13,19 |
| Confresa (MT) | Ilumina Confresa | 32.076 | 7.437 | 59,79 |
| Corumbá (MS) | Concip Corumbá | 112.669 | 12.047 | 63,49 |
| Cosmópolis (SP) | Cosmópolis Luz | 74.662 | 9.560 | 116,20 |
| Cotia (SP) | Ilumina Cotia | 257.882 | 23.444 | 358,57 |
| Curitiba (PR) | Engie Soluções | 1.773.733 | 163.000 | 292,75 |
| Demerval Lobão (PI) | Demerval Luz | 16.352 | 1.487 | 28,50 |
| Divisa Nova (MG) | Smart CGPI | 6.068 | 1.063 | 6,30 |
| Dom Eliseu (PA) | Concip Dom Eliseu | 60.469 | 3.100 | 53,24 |
| Dores do Indaiá (MG) | Concip Dores do Indaiá | 13.373 | 1.438 | 26,05 |



| Município | Concessionária | População | Pontos de luz | Valor do contrato (R\$ milhões) |
|--------------------------------|---------------------|-----------|---------------|---------------------------------|
| Fazenda Rio Grande (PR) | Stylux Greentech | 148.873 | 11.000 | 64,58 |
| Feira de Santana (BA) | Conecta Feira | 619.609 | 61.000 | 122,85 |
| Fernandes Pinheiro (PR) | Ilumina Conder | 5.561 | 626 | 3,37 |
| Forquilha (CE) | Forquilha Luz | 24.680 | 3.903 | 32,79 |
| Foz do Iguaçu (PR) | Foz Iluminada | 257.971 | 30.398 | 113,59 |
| Franco da Rocha (SP) | Luz de Franco | 156.492 | 10.413 | 58,00 |
| Garopaba (SC) | Qluz Garopaba | 29.959 | 7.040 | 116,70 |
| Goianesia (GO) | C. O Energia Solar | 72.045 | 6.550 | 106,76 |
| Goiânia do Pará (PA) | Tellus Mater Brasil | 41.081 | 2.200 | 22,33 |
| Goiânia (GO) | Brilha Goiânia | 1.555.626 | 179.000 | 1.415,10 |
| Governador Eugenio Barros (MA) | GEB Luz | 14.703 | 1.337 | 14,03 |
| Graça Aranha (MA) | Graça Aranha Luz | 6.261 | 931 | 12,97 |
| Grajaú (MA) | Grajaú Luz | 70.692 | 6.427 | 144,96 |
| Guanambi (BA) | CONCIP Alto Sertão | 87.917 | 15.448 | 154,48 |
| Guarapuava (PR) | Ilumina Guarapuava | 182.644 | 23.874 | 131,00 |
| Guaratuba (PR) | Guaraluz | 37.527 | 6.400 | 59,97 |
| Guarulhos (SP) | Guarulhos Luz | 1.404.694 | 73.073 | 420,00 |
| Hortolândia (SP) | Ilumina Hortolândia | 234.259 | 24.479 | 227,38 |
| Humberto de Campos (MA) | Campos Luz | 29.143 | 2.649 | 24,28 |
| Ibirité (MG) | Ibirité IP | 182.153 | 18.541 | 79,54 |
| Ibitiura de Minas (MG) | Smart CGPI | 3.406 | 399 | 8,10 |
| Ícaria (SC) | Ilumina Ícaria | 58.055 | 7.937 | 77,60 |
| Icatu (MA) | Icatu Luz | 27.423 | 2.493 | 19,77 |
| Igarapava (SP) | CONCIP Igarapava | 30.614 | 3.807 | 33,68 |
| Inácio Martins (PR) | Ilumina Conder | 11.117 | 840 | 4,48 |
| Ipuíuna (MG) | Smart CGPI | 10.079 | 842 | 38,72 |
| Irati (PR) | Ilumina Conder | 61.439 | 9.975 | 53,26 |
| Itajaí (SC) | QLuz Itajaí | 226.617 | 22.151 | 467,46 |
| Itanhaém (SP) | Luz de Itanhaém | 104.351 | 10.582 | 59,83 |

| Município | Concessionária | População | Pontos de luz | Valor do contrato (R\$ milhões) |
|------------------------------|------------------------------|-----------|---------------|---------------------------------|
| Itapecerica da Serra (SP) | Ilumina Itapecerica da Serra | 158.522 | 14.411 | 130,32 |
| Itatiba (SP) | Ilumina Itatiba | 124.254 | 16.000 | 65,40 |
| Ituverava (SP) | Luz da Alta Mogiana | 37.571 | 7.099 | 73,63 |
| Jaboatao dos Guararapes (PE) | Luz de Jaboatão | 706.867 | 46.742 | 130,81 |
| Jaboticabal (SP) | Luz de Jaboticabal | 78.029 | 14.000 | 102,00 |
| Jaraguá (GO) | Jaraguá Luz | 52.160 | 4.741 | 56,13 |
| Jardinópolis (SP) | Luz da Alta Mogiana | 45.544 | 8.166 | 84,70 |
| Jatobá (MA) | Jatobá Luz | 10.464 | 1.002 | 15,87 |
| Jeriquara (SP) | Luz da Alta Mogiana | 3.863 | 581 | 6,00 |
| Joinville (SC) | Qluz Joinville | 613.317 | 58.310 | 399,00 |
| Lagoa Real (BA) | CONCIP Alto Sertão | 14.105 | 1.650 | 18,81 |
| Laranjeiras (SE) | Laranjeiras Solar | 23.975 | 2.180 | 113,78 |
| Mairiporã (SP) | Brilha Mairiporã | 320.697 | 29.154 | 153,20 |
| Mallet (PR) | Ilumina Conder | 13.697 | 2.056 | 11,03 |
| Manacapuru (AM) | WF Serviços Elétricos | 169.041 | 15.367 | 41,20 |
| Manaus (AM) | Manaus Luz | 2.219.580 | 129.527 | 922,00 |
| Maringá (PR) | Luz de Maringá | 436.472 | 39.797 | 81,00 |
| Mauá (SP) | Mauá Luz | 477.552 | 45.752 | 352,95 |
| Miguel Pereira (RJ) | Miguel Pereira Luz | 25.581 | 6.300 | 68,70 |
| Miguelópolis (SP) | Luz da Alta Mogiana | 19.441 | 3.974 | 41,22 |
| Miranda do Norte (MA) | CONCIP Miranda do Norte | 23.864 | 2.169 | 25,48 |
| Mogeiro (PB) | C. O Energia Solar | 13.238 | 1.235 | 30,18 |
| Morro Agudo (SP) | Luz da Alta Mogiana | 27.933 | 4.733 | 49,10 |
| Nova Lima (MG) | Nova Lima Iluminação Pública | 97.378 | 19.000 | 59,90 |
| Nova Serrana (MG) | Q Luz Nova Serrana | 108.241 | 12.120 | 65,98 |
| Nuporanga (SP) | Luz da Alta Mogiana | 7.391 | 1.689 | 17,52 |
| Oeiras (PI) | Oeiras Luz | 37.138 | 4.084 | 51,84 |
| Olinda (PE) | Brilha Olinda | 349.976 | 26.600 | 52,20 |
| Orlândia (SP) | Iluminar Orlândia | 38.319 | 11.092 | 92,84 |



| Município | Concessionária | População | Pontos de luz | Valor do contrato (R\$ milhões) |
|---------------------------|---|-----------|---------------|---------------------------------|
| Ouro Preto (MG) | Ouro Preto Luz | 74.824 | 11.868 | 58,03 |
| Palhoça (SC) | Qluz Concessionária de Iluminação Pública | 175.272 | 17.814 | 187,83 |
| Palotina (PR) | Ilumina Palotina | 35.011 | 6.372 | 67,45 |
| Patos de Minas (MG) | Ilumina Patos | 154.641 | 25.498 | 47,17 |
| Patrocínio Paulista (SP) | Luz da Alta Mogiana | 14.488 | 2.158 | 22,40 |
| Pederneiras (SP) | Luz de Pederneiras | 47.111 | 7.500 | 34,38 |
| Pedregulho (SP) | Luz da Alta Mogiana | 15.525 | 3.153 | 32,70 |
| Pedro II (PI) | Pedro II IP | 37.894 | 3.444 | 48,00 |
| Penha (SC) | Qluz Penha | 34.022 | 6.879 | 160,11 |
| Petrolina (PE) | Engie Soluções | 354.317 | 36.000 | 95,34 |
| Poconé (MT) | Cidade Inteligente de Poconé | 31.217 | 2.838 | 73,13 |
| Ponta Grossa (PR) | Luz de Ponta Grossa | 358.838 | 35.292 | 84,46 |
| Porto (PI) | Concip Porto | 12.608 | 1.313 | 17,17 |
| Porto Alegre (RS) | IP Sul | 1.488.252 | 101.487 | 403,10 |
| Posse (GO) | Cidade Inteligente de Posse | 34.914 | 4.820 | 83,03 |
| Presidente Dutra (MA) | Dutra Luz | 48.036 | 5.057 | 64,76 |
| Presidente Prudente (SP) | Prudente Smart | 225.668 | 42.032 | 62,00 |
| Rebouças (PR) | Ilumina Conder | 14.991 | 1.505 | 8,10 |
| Restinga (SP) | Luz da Alta Mogiana | 6.404 | 834 | 8,65 |
| Ribeirão das Neves (MG) | IP Minas | 338.197 | 26.486 | 258,43 |
| Ribeirão Preto (SP) | Conecta Ribeirão | 698.259 | 80.000 | 167,20 |
| Rio de Janeiro (RJ) | Smart Luz | 6.747.815 | 450.000 | 1.409,79 |
| Rio Negro (PR) | RN Ilumina | 31.324 | 2.848 | 38,19 |
| Sales Oliveira (SP) | Luz da Alta Mogiana | 11.411 | 2.190 | 22,71 |
| Santa Luzia (MG) | Concip Santa Luzia | 221.705 | 22.386 | 300,53 |
| Santa Maria (RS) | IP Santa Maria | 271.735 | 28.000 | 219,67 |
| Santa Rita de Caldas (MG) | Smart CGPI | 9.027 | 981 | 15,31 |
| Santana (AP) | Concip Santana | 107.618 | 8.212 | 152,85 |
| Santo Amaro (BA) | S/A Montagem e Instalação de Equipamentos de Iluminação | 60.131 | 7.191 | 102,77 |

| Município | Concessionária | População | Pontos de luz | Valor do contrato (R\$ milhões) |
|------------------------------|-------------------------------|-------------------|------------------|---------------------------------|
| São João de Meriti (RJ) | Alegrete RJ Participações | 472.906 | 33.086 | 466,83 |
| São José da Bela Vista (SP) | Luz da Alta Mogiana | 7.626 | 999 | 10,36 |
| São José de Ribamar (MA) | SJR Iluminação do Futuro | 179.028 | 26.000 | 127,49 |
| São José dos Basílios (MA) | Basílios Luz | 7.639 | 928 | 26,08 |
| São Manuel (SP) | Luz de São Manuel | 41.287 | 6.853 | 33,80 |
| São Paulo (SP) | Iluminação Paulistana | 12.325.232 | 635.000 | 6.936,84 |
| São Vicente (SP) | Novaluz de São Vicente | 370.839 | 31.000 | 158,89 |
| Sapiranga (RS) | IP Sapiranga | 82.000 | 10.661 | 104,00 |
| Sapucaia do Sul (RS) | Ilumina Sapucaia do Sul | 141.808 | 13.000 | 30,62 |
| Senador Alexandre Costa (MA) | Alexandre Luz | 11.285 | 1.026 | 18,77 |
| Serrana (SP) | Luz da Alta Mogiana | 46.166 | 5.011 | 51,98 |
| Serro (MG) | Concip UFV Serro | 21.952 | 2.288 | 49,68 |
| Socorro (SP) | Ilumina Socorro | 41.690 | 68.754 | 40,79 |
| Soure (PA) | Iluminação Pública Soure | 25.752 | 2.340 | 36,00 |
| Sumaré (SP) | Ilumina Sumaré | 289.875 | 26.352 | 165,55 |
| Suzano (SP) | Ilumina Suzano | 303.397 | 27.582 | 305,10 |
| Teixeira de Freitas (BA) | Teixeira Luz | 164.290 | 14.935 | 64,53 |
| Teixeira Soares (PR) | Ilumina Conder | 12.761 | 1.107 | 5,95 |
| Teresina (PI) | Teresina Luz | 871.126 | 87.000 | 418,88 |
| Timbó (SC) | Farol do Vale Engenharia | 44.977 | 7.046 | 29,11 |
| Toledo (PR) | Ilumina Toledo | 144.601 | 24.274 | 47,28 |
| Tomé Açu (PA) | Concip Tomé Açu | 64.030 | 4.300 | 78,52 |
| Três Lagoas (MS) | Consórcio Ilumina Três Lagoas | 125.137 | 21.694 | 40,53 |
| Uberaba (MG) | Concip Uberaba | 337.092 | 49.500 | 336,33 |
| Uberlândia (MG) | Engie Soluções de Uberlândia | 699.097 | 85.000 | 251,36 |
| União da Vitória (PR) | IP Foco | 58.298 | 6.154 | 109,56 |
| Vassouras (RJ) | Vassouras Luz Imperial | 33.976 | 3.387 | 63,00 |
| Vila Velha (ES) | SRE-IP Vila Velha | 501.325 | 35.000 | 120,24 |
| | | 57.076.653 | 4.801.521 | 31.824,36 |



CONSÓRCIOS ENTRE MUNICÍPIOS MENORES COMEÇAM A VINGAR

O fato novo é a boa performance dos consórcios públicos entre municípios: quatro estão em plena operação para atender 624 mil habitantes de 31 cidades da Bahia, Minas Gerais, Paraná e São Paulo e tivessem acesso a iluminação pública de qualidade, são eles:



CONSÓRCIO CPGI - MG

CONCESSIONÁRIA: Smart CPGI

| Municípios | População | Pontos de luz |
|----------------------|---------------|---------------|
| Albertina | 2.913 | 316 |
| Andradas | 40.706 | 4.940 |
| Bandeira do Sul | 5.713 | 729 |
| Caldas | 13.630 | 1.852 |
| Divisa Nova | 6.068 | 1.063 |
| Ibitiura de Minas | 3.406 | 399 |
| Ipuíuna | 10.079 | 981 |
| Santa Rita de Caldas | 8.900 | 809 |
| 91.415 | 11.089 | |

CONDER - PR

CONCESSIONÁRIA: Ilumina CONDER

| Municípios | População | Pontos de luz |
|--------------------|---------------|---------------|
| Fernandes Pinheiro | 5.561 | 626 |
| Inácio Martins | 11.117 | 840 |
| Irati | 61.439 | 9.975 |
| Mallet | 13.697 | 2.056 |
| Rebouças | 14.991 | 1.505 |
| Teixeira Soares | 12.761 | 1.107 |
| 119.566 | 16.109 | |

CONSÓRCIO LUZ DO BRASIL

CONCESSIONÁRIA: Luz da Alta Mogiana

| Municípios | População | Pontos de luz |
|---------------------|----------------|---------------|
| Aramina | 5.420 | 1.120 |
| Batatais | 58.402 | 9.494 |
| Buritizal | 4.356 | 860 |
| Ituverava | 37.571 | 7.099 |
| Jardinópolis | 45.544 | 8.166 |
| Jeriquara | 3.863 | 581 |
| Miguelópolis | 19.441 | 3.974 |
| Morro Agudo | 27.933 | 4.733 |
| Nuporanga | 7.391 | 1.689 |
| Patrocínio Paulista | 14.488 | 2.158 |
| Pedregulho | 15.525 | 3.153 |
| Restinga | 6.404 | 834 |
| Sales Oliveira | 11.411 | 2.190 |
| S. José Bela Vista | 7.626 | 999 |
| Serrana | 46.166 | 5.011 |
| | 311.541 | 52.061 |



CONSÓRCIO ALTO SERTÃO - BA

CONCESSIONÁRIA: CONCIP Alto Sertão

| Municípios | População | Pontos de luz |
|------------|----------------|---------------|
| Guanambi | 87.817 | 15.448 |
| Lagoa Real | 10.326 | 5 |
| | 101.922 | 17.098 |



PROJETOS EM ANDAMENTO

A alternativa da PPP para oferecer iluminação pública de qualidade para a população continua pauta importante na agenda de infraestrutura dos municípios. Lide-

rando o ranking dos projetos de PPP de IP está o Estado de Minas Gerais (com 168 municípios), seguido pela Bahia (115), São Paulo (71) e Rio Grande do Sul (66).

PROJETOS

812

POPULAÇÃO

61 MILHÕES

PONTOS DE LUZ

6 MILHÕES



Estado

| | |
|---------------------|-----|
| Acre | 1 |
| Alagoas | 3 |
| Amazonas | 3 |
| Bahia | 115 |
| Ceará | 22 |
| Espírito Santo | 28 |
| Goiás | 13 |
| Maranhão | 21 |
| Mato Grosso | 18 |
| Mato Grosso do Sul | 1 |
| Minas Gerais | 168 |
| Pará | 15 |
| Paraíba | 2 |
| Paraná | 48 |
| Pernambuco | 52 |
| Piauí | 15 |
| Rio de Janeiro | 29 |
| Rio Grande do Norte | 50 |
| Rio Grande do Sul | 66 |
| Rondônia | 3 |
| Roraima | 1 |
| Santa Catarina | 56 |
| São Paulo | 71 |
| Sergipe | 8 |
| Tocantins | 3 |
| 812 | |

SMART CITIES TRARÃO NOVOS INVESTIMENTOS PARA O SETOR

Depois de dez anos de parcerias público-privadas em iluminação pública, a inclusão de dispositivos de cidades inteligentes está cada vez mais sendo discutida pelo mercado. A promessa dos serviços de smart cities que, a princípio, seriam receitas atraentes aces-sórias à prestação dos serviços de IP, não se concretizou como se imaginava, causando a frustração e colocando em dúvida se as cidades inteligentes poderiam se tornar uma realidade. A partir dessa reflexão passou-se a conceber modelos mais sofisticados, nos quais os recursos de smart cities foram incorporados já no próprio escopo das PPPs de IP.



Vanessa Rosa é diretora jurídica da ABCIP e sócia da Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados

O incentivo para essa modelagem com novos contornos surge com a inovação trazida pela Reforma Tributária sobre os usos da COSIP, no qual o tributo municipal não se destina mais apenas à melhoria do serviço de iluminação pública, mas também a sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Levando em conta que em muitos municípios a COSIP se mostra superavitária, a mudança abriu novas portas para as cidades inteligentes, uma vez que os serviços para segurança e preservação de logradouros podem ser amplificados a depender do ponto de vista adotado.

Assim, a incorporação de serviços de smart cities nos modelos de PPPs já vem sendo absorvido pelos estruturadores de projetos de PPP. Tanto é assim que se tem notícia de que o Ministério das Cidades publicará resolução para tratar das atividades e serviços digitais que poderão ser custeados pela nova COSIP. Aclarados esses detalhes sobre o uso do tributo, é certo que os futuros projetos de PPPs trarão importantes inovações em seus contornos e modelagens, o que tem o potencial de trazer novos negócios e investimentos para o setor.

De qualquer modo, não se pode esquecer que a COSIP foi criada originalmente para o custeio e melhoria da iluminação pública, propósito este a ser atendido e mantido. Os serviços públicos e as inovações das cidades inteligentes deverão coexistir, com sustentabilidade para ambos e ganhos para o poder público, mercado e a população.



IP É ESTRATÉGICA PARA CIDADES CONECTADAS

A modernização da iluminação pública tem emergido como uma das formas de catalisar a transformação urbana sustentável e digital. Historicamente tratada como função acessória, a IP passou a ocupar papel estratégico a partir da transferência compulsória dos ativos para os entes locais pela Resolução ANEEL 414/2010. E apresentou um cenário desafiador: a maior parte dos municípios recebeu parques obsoletos, sem inventário atualizado e capacidade operacional ou orçamentária. Para superar essas restrições, as PPPs surgiram como alternativa para viabilizar a modernização sem comprometer a já limitada capacidade fiscal dos municípios, permitindo a substituição das luminárias por tecnologia LED, instalação de telegestão, cobertura de áreas desatendidas e implementação de dispositivos digitais.

No entanto, a ausência de informações consolidadas e de cadastros confiáveis sobre a situação real do parque de



Manoel Renato Filho
é secretário adjunto da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República (SEPPI)

IP representa um risco à modelagem contratual. Sem dados seguros, a projeção de metas e indicadores pode levar a desequilíbrios e insegurança jurídica, o que pode explicar a alta taxa de mortalidade dos projetos de PPP de IP nas fases iniciais, uma vez que a realidade encontrada pelo parceiro privado contrastava com o diagnóstico prévio.

Ciente dessa lacuna, a SEPPI tem atuado para estruturar um ambiente mais qualificado e seguro para a expansão do setor. O apoio do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) e atuação coordenada com bancos públicos e consultorias fez com que o número de contratos saltasse de 17 em 2019, para 146 em 2025, atendendo mais de 170 municípios. Esse avanço tem sido impulsionado pela adoção de boas práticas, como a elaboração de inventários precisos, georreferenciamento dos pontos de IP e a apropriaçãoativa da gestão dos parques pelos municípios. Ainda assim, permanece a necessidade de se construir uma base nacional mais consolidada sobre a situação da IP para a mitigação de riscos nos próximos ciclos de concessões.

Por outro lado, a oportunidade que se apresenta é histórica. Com mais de 80% do parque de iluminação ainda sem LED, existe espaço para centenas de novos projetos de PPP. A ampliação do uso da COSIP, viabilizando serviços digitais e de conectividade, torna a IP uma plataforma para o desenvolvimento de cidades inteligentes. Para os gestores públicos, isso significa a chance de transformar um serviço tradicional em vetor de inovação, modernização e valorização dos espaços públicos, promovendo sensação de segurança e inclusão cidadã.



Instituições financeiras investem na melhoria da iluminação pública

A infraestrutura urbana de iluminação pública e cidades inteligentes atrai cada vez mais os bancos públicos. Na estruturação de projetos de PPP de iluminação, juntaram-se à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o BANDES – Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e BNB – Banco do Nordeste. Já o Banco do Brasil investe pesado na qualificação de agentes públicos em concessões de serviços públicos com o objetivo de fortalecer o ecossistema de parcerias público-privadas





CAIXA ABRE NOVA FONTE PARA CUSTEAR PROJETOS DE PPP DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Dos 82 projetos de PPP que a CAIXA tem em carteira, 60% são de iluminação pública, por isso a expectativa de que até o fim do ano pelo menos 10 cheguem à licitação, diz Denis Mendes de Melo Matias, gerente Nacional de Desenvolvimento de Parcerias e Serviços Especiais para Governo, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que já conseguiu levar 25 projetos a leilão. Em vista desse cenário, foi criada a modalidade de contratação direta, fora do FEP - Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP. "Estão sendo priorizados os municípios que se habilitaram aos recursos do FEP, mas vamos estruturar para



Consórcios de municípios fazem parte do nosso dia a dia

Denis Mendes de Melo Matias, gerente Nacional de Desenvolvimento de Parcerias e Serviços Especiais para Governo, da CAIXA

qualquer outro município que tenha viabilidade". Este ano já foram contratados três projetos de IP e tem mais 10 em negociação. "A CAIXA tem uma estrutura técnica muito robusta no âmbito jurídico, econômico, financeiro. Temos mais de dois mil engenheiros, porque atuamos em todos os programas do Governo Federal". A condição para acessar essa modalidade é a viabilidade técnica e a capacidade operacional do município, informa Matias.

Uma das prioridades hoje é atender consórcios. "Obtivemos sucesso com Alto Sertão (BA) e CONDER (PR), e temos mais três na nossa carteira de IP", diz o gerente da CAIXA. A capacidade de interlocução com os municípios é o trunfo para trabalhar bem projetos de consórcios. "Eles fazem parte do nosso dia a dia, na área de saneamento, de educação infantil etc. Nossa time está acostumado a lidar com as prefeituras, talvez seja esse o principal o nosso diferencial".

Com a flexibilização do uso da COSIP pela reforma tributária, o FEP também poderá financiar projetos que incluem recursos de cidade inteligente. "A CAIXA já considera alguns recursos que são facilmente enquadráveis como telegestão e centro de controle operacional", informa Matias. No entanto, nem todos os projetos de PPP incluem 100% de telegestão do parque de IP, que traz ganhos de eficiência energética e possibilidade de fazer manutenção à distância, porque, segundo Matias, incorpora um custo adicional que pode não caber na realidade do município ou então não justifica a implantação em áreas de pouco fluxo, como a rural.

BANCO DO BRASIL INVESTE NA QUALIFICAÇÃO

A criação de novos modelos para emitir e administrar garantias em contratos entre os setores públicos e privados e fomentar a capacitação de agentes públicos em concessões e PPPs foi a maneira que o Banco do Brasil escolheu para contribuir para o fortalecimento do ecossistema de parcerias público-privadas (PPP) e concessões no país.

"Já formamos mais de uma centena de servidores com certificação patrocinada 100% pelo Banco do Brasil," diz Leiner Jean Bastos, gerente de Soluções da Unidade Estratégica de Governo. "Oferecemos cursos de curta e média duração de MBA, mas a ideia é também disponibilizar cursos de mestrado e doutorado para pro-

porcionar concessões sustentáveis do ponto de vista econômico-financeiro, jurídico e de gestão".

Em parceira com instituições de ensino como FGV, Insper e FESP, a qualificação profissional dos servidores está sendo possível graças à Portaria 808/2023, do Ministério da Fazenda, informa o gerente do Banco do Brasil. "A portaria condiciona a concessão de garantias em operações de crédito contratadas pelos Estados, Distrito Federal e municípios à contrapartida equivalente a 0,5% para a melhoria da gestão fiscal, na capacitação de profissionais em gestão fiscal e na estruturação de projetos de PPPs e concessões dos entes subnacionais".

Pela Portaria, a medida tem o potencial de direcionar, até 2026, cerca de R\$ 500 milhões para contrapartidas das instituições financeiras, o suficiente para que viabilizem a estruturação de mais de 150 projetos de PPPs na área da infraestrutura, entre elas, os de iluminação pública. Como os recursos voltam após a assinatura do contrato, a cada ano haverá mais recursos para estruturação de projetos.

Por serem fundamentais para os contratos de PPP e de concessão de serviços públicos, a administração de garantias que já vinha sendo trabalhada pelo BB ganhou novo impulso. "Estamos desenvolvendo outras soluções, com a utilização do FUNDEB como parte para compor garantias em PPP de educação, por exemplo," informa o gerente. "Outra novidade é oferecer operação de crédito com a garantia da União que pode ser usada tanto para aporte, quanto para pagamento de contraprestação de PPPs e concessões".

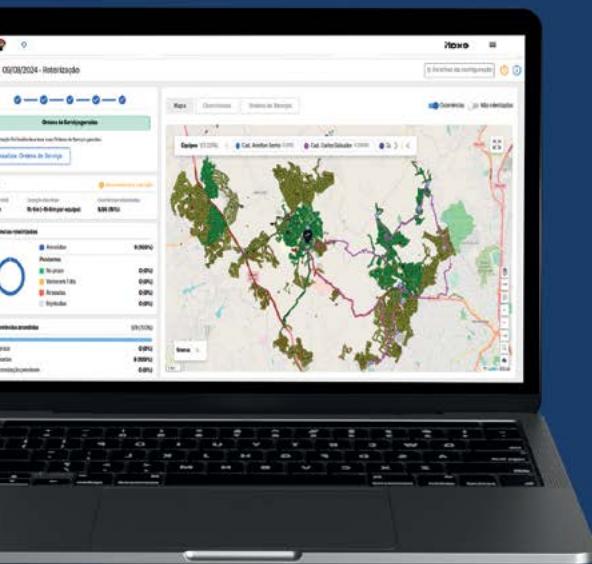


**Mais de 100
formados em
parceira com
instituições
de prestígio**

Leiner Jean Bastos, gerente de Soluções da Unidade Estratégica de Governo do Banco do Brasil

O software líder em Iluminação Pública da América Latina.

Agora com novidades que vão transformar sua operação.



Plataforma para gerenciar dispositivos de Telegestão de múltiplos fornecedores

- Sem impacto operacional com indisponibilidade dos sistemas de fornecedores
- Otimizado para grandes volumes de dados
- Centraliza dispositivos de diferentes fabricantes
- Dashboards e relatórios unificados

Despacho automático de ordens de serviço por IA

- Mais economia com rotas otimizadas
- Reduz em mais de 90% o trabalho de despachadores
- Considera escalas, restrições técnicas e prioridades
- Retorno do seu investimento em mais de 10x



E tem mais:



Controle individual de equipamentos
(com histórico e garantia de cada luminária)



Dashboards integrados e prontos para uso
(dispensa ferramentas de BI externas)



Rastreamento em tempo real das equipes
(com smartphones ou veículos)



Módulo de pesquisa de satisfação
(geração de pesquisas com os municípios, coletando informações importantes para a operação)

Conquiste resultados inquestionáveis

- 90% menos tempo gasto com despacho de solicitações
- Redução de 30% em custos operacionais
- Rotas 40% mais rápidas



Presentes nas maiores cidades do Brasil

- ❖ Rio de Janeiro - 550 mil pontos
 - ❖ Brasília - 330 mil pontos
 - ❖ Belo Horizonte - 192 mil pontos
 - ❖ Curitiba - 185 mil pontos
 - ❖ Campinas - 149 mil pontos
 - ❖ Goiânia - 120 mil pontos
- e muito mais!**



+60 PPPs atendidas



Presença em 6 países



8 mi de pontos gerenciados

Aponte sua câmera e veja como transformar sua gestão agora:

ou acesse:
exati.com.br





QUASE 35% DAS CIDADES CAPIXABAS QUEREM SER INTELIGENTES

Desde 2021, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES tem trabalhado no apoio à estruturação de projetos de PPP pelos 78 municípios capixabas, por meio do programa ES Inteligente. “Como estruturador de PPPs do Estado, o BANDES tem no seu portfólio 25 municípios com projetos de cidade inteligente, sendo que 23 deles incluem a modernização do parque de iluminação pública,” afirma Marcio Kneip Navarro, diretor de Negócios do BANDES. “Conseguimos modelar um arranjo que combina eficientização do parque de IP, telegestão da rede, geração de energia renovável nos prédios públicos, videomonitoramento e WIFI gratuito”.



Concessionários privados terão linha de crédito com juros abaixo do mercado

Marcos Kneip Navarro, diretor de Negócios do BANDES

A estruturação dos projetos de PPP de cidade inteligente tem custo zero para os municípios até chegar à licitação. “Isso ajudou muito a escalar o programa, tanto que já estamos em quase 35% do Estado. Os projetos já somam três milhões de pessoas beneficiadas”, diz Navarro. Para evitar desperdício de tempo e retrabalho, os estudos são submetidos ao Tribunal de Contas do Estado antes da publicação do edital. “Essa providência garante mais segurança jurídica para os interessados em participar da PPP, afinal são contratos de 25 anos”, diz o diretor do BANDES.

A estratégia do banco capixaba é atender especialmente os municípios de menor porte. “A grande maioria dos nossos municípios tem abaixo de 50 mil habitantes, sendo que muitos deles nunca fizeram uma PPP por questão de custo ou de interesse de instituições financeiras”, informa Navarro. “Estamos conversando agora, por exemplo, com Anchieta, uma cidade com menos de 33 mil habitantes”.

O volume de recursos do programa ES Inteligente reservado para estruturação de projetos está em cerca de R\$ 30 milhões. “Nessa primeira fase devemos atender até 30 municípios”. O próximo passo do BANDES é oferecer financiamento do investimento em serviços de cidade inteligente ao concessionário privado. “Estamos criando uma linha específica para esse tipo de crédito com taxa de juros abaixo das oferecidas pelo mercado, uma vez que, para nós, o contrato de PPP se assemelha ao contrato direto com a administração pública, ou seja, o risco é muito calculado”, finaliza o executivo do BANDES.

CIDADES DO SUL COMEÇAM A VER PPP DE IP COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

As cidades gaúchas de Santa Maria e Sapiranga estão modernizando a iluminação pública por meio de parceria público privada graças ao apoio do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que atua no âmbito do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (que englobam 31 milhões de habitantes), para os quais assumiu o papel de assessor técnico dos municípios na estruturação de PPP de iluminação pública.

"Finalmente os prefeitos entendem a parceria com a iniciativa privada como ferramenta de gestão pública," informa Leonardo Maranhão Busatto, diretor de Planeja-

mento do BRDE, que já tem acordo de cooperação técnica para estruturar projetos de PPP de IP com os municípios de Tramandaí, Viamão, Lajeado, Farroupilha e Alvorada (RS), Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Blumenau, Itajaí, Mafra e São Bento do Sul (SC) este ano. "Nossa expectativa é chegar a duas licitações ainda este ano, mas pode demorar visto que os Tribunais de Contas do Estados têm levado pelo menos 90 dias para examinar os editais".

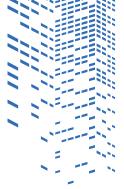
Em paralelo, o BRDE tem linhas para financiar serviços públicos por meio de recursos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço no limite de R\$ 500 milhões. "E como o maior parceiro da AFD Agência Francesa de Desenvolvimento em financiamentos de projetos ligados à transição energética, o BRDE pode acessar fundos equivalentes a R\$ 800 milhões para financiar, por exemplo, prefeituras na troca de luminárias tradicionais pelas de LED ou o CAPEX das concessionárias de IP", informa o diretor.

O desejo pela implantação de recursos digitais de cidades inteligentes – câmeras de monitoramento, wifi gratuito, sensores climáticos etc. – levou o BRDE a repensar seus projetos de modelagem de PPP de IP. "Nossa primeira licitação foi focada em IP e telegestão. O desafio agora foi incluir outras atividades de cidade inteligente atreladas à iluminação pública nos editais como quer o poder municipal". A questão agora, segundo Busatto, é fazer esses recursos caberem dentro da arrecadação da COSIP pelo município que, com a reforma tributária, poderá ter sua aplicação flexibilizada em futuro próximo.



**O desafio
agora é atrelar
recursos
de cidade
inteligente à
iluminação**

Leonardo Maranhão Busatto,
Diretor de Planejamento do BRD



BANCO DO NORDESTE SE PREPARA PARA ESTRUTURAR PPP DE IP

Assim como outros bancos de desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste (BNB) está se preparando para apoiar a estruturação de projetos de PPP de iluminação pública e cidades inteligentes para a região do semiárido, que engloba quase 1,5 mil municípios e 31 milhões de habitantes em nove estados.

Para isso está implantando a Unidade de Modelagem de Projetos de PPPs e Concessões com assessoria do PPI – Programa de Parcerias e Investimentos do Governo Federal, para financiar projetos com recursos do FEP (Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos). “Em 2022, o FEP selecionou 38 municípios para área de atuação do banco especificamente para estudar projetos

de PPP de IP”, diz o superintendente de Clientes Governo do BNB, Hailton José Fortes. “Parte desses municípios poderá ser atendida pela unidade no próximo ano”. Está avançada a fase para definir a cidade que vai servir como projeto piloto. “Foram pré-selecionados

municípios dos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará”, informa Fortes. “Os recursos para os projetos serão aportados por parceiros multilaterais, como também pelo Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), por meio de empréstimo celebrado com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento”.

As concessões de IP têm utilizado BNB para financiamento de seus investimentos, informa Emiliano Portela, superintendente de Atacado do banco. “Financiamos os municípios de Fortaleza, Baturité (CE), Petrolina (PE) e Barreiras (BA). Estão em análise o crédito para as concessões de Caruaru e Jaboatão dos Guararapes (PE)”. Segundo Portela a demanda por crédito para a modernização de parques de iluminação pública vem crescendo na região. “É de interesse do banco apoiar a prestação de serviços de iluminação pública devido à melhoria da qualidade de vida nas cidades, incluindo especialmente a segurança pública. Temos recursos a disponíveis para atender os municípios com boas condições de prazo e de taxa de juros operando com o FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, nosso principal funding.”



Hailton José Fortes,
superintendente de
Clientes Governo



Emiliano Portela,
superintendente de
Atacado do BNB

OS DESAFIOS PARA AS SMART CITIES NO PAÍS

Os parques de iluminação pública de mais de 170 municípios estão sendo operados e modernizados por concessionárias privadas promovendo a substituição de tecnologias obsoletas por sistemas em LED, com ganhos energéticos e melhorias visíveis para a população. Enquanto o parque nacional de IP tem cobertura de apenas 20% de luminárias LED, 53% dos operados no modelo PPP têm 100%, conforme mostra pesquisa com concessionárias, realizada pela Instituto Vox Populi para a ABCIP em 2024.

Apesar dos avanços, o estudo revela que apenas 6,7% das concessões de IP exploram receitas acessórias e, mesmo entre essas, os serviços ainda são pouco representativos: apenas 33% dos contratos incluem

câmeras de videomonitoramento e 67%, serviços de telecomunicação, o que evidencia a dificuldade do setor em obter aprovação para esse tipo de iniciativa com os gestores dos municípios. A expectativa de receitas acessórias que não se concretizaram tem colocado várias concessões em situações delicadas, afetando cronogramas e serviços essenciais como, manutenção e modernização da rede.

Do ponto de vista técnico, dois avanços recentes sinalizam caminhos para maior eficiência. A atualização da norma ABNT NBR 5101:2024 redefine critérios para a classificação de vias e projetos luminotécnicos, exigindo ajustes operacionais e contratuais. Já a portaria INMETRO 221/2022 abre caminho para a medição individualizada do consumo de luminárias, o que permite estratégias como a dimerização, fundamental para a viabilidade da telegestão em larga escala.

Ainda assim, o principal entrave para o avanço das PPPs servirem para impulsionar cidades inteligentes segue sendo a ausência de um marco regulatório claro. A falta de regras específicas gera insegurança jurídica, travando investimentos e inibindo inovações pelos gestores públicos.

Experiências internacionais mostram ser possível transformar iluminação em um vetor de eficiência e inovação. Com ajustes contratuais, verificadores independentes e segurança jurídica, o Brasil pode posicionar-se à altura dos desafios e oportunidades que trarão melhoria na qualidade de vida da população.



**Apenas 6,7%
das concessões
de IP exploram
receitas
acessórias**

Marcelo Menegatto é diretor de Tecnologia da ABCIP e CEO da BHIP

Cresce concorrência na indústria de componentes e sistemas



CADEIA DE FORNECEDORES DO SETOR COMEMORA ALTA NAS VENDAS

A explosão do interesse dos gestores públicos municipais pelas smart cities e o vigor do mercado das PPPs de serviços de iluminação pública, vem acirrando a concorrência na indústria de componentes e sistemas para os parques de IP. Além do ingresso de novos players de outros setores, empresas estrangeiras especializadas em tecnologia estão olhando atentamente para o Brasil. Do lado de cá, os fornecedores da cadeia da iluminação pública comemoram o crescimento do faturamento.

É o caso da SmartGreen, empresa especializada em telegestão das redes de iluminação pública, que registrou aumento de 50% em suas vendas em 2024. Com mais de 60 municípios em seu portfólio de clientes, a empresa garante que 450 mil pontos de luz usam a sua telegestão. "Graças à expansão das concessões de IP, que tem impulsionado a adoção da tecnologia em larga escala, tanto que o Brasil está entre os maiores operadores mundiais desse tipo de sistema", diz Laércio Brígido, gerente Comercial da SmartGreen.

Brasil está entre os maiores do mundo na aplicação da telegestão

Felipe Fulgêncio, CEO da M2M Telemetria, também considera o país um dos mais avançados em telegestão do mundo, e credita a esse status o forte impacto em suas vendas. "O sistema de telegestão M2M foi responsável pelo crescimento do faturamento em 400% entre 2022 e 2024", diz o executivo. "As regulações no setor estão criando um ambiente muito propício para a expansão da indústria de componentes e sistemas de controle inteligentes para as redes de iluminação pública". Por isso, a empresa está desenvolvendo novos produtos para lançar ainda este ano. "Câmeras e sensores para cidades inteligentes estão sendo incorporados à nossa linha".

A EXATI Tecnologia, especializada em softwares de gestão de cidades, é outra que credita às PPPs de IP o crescimento de 48% nas vendas. "Os editais estão fi-

cando cada vez mais exigentes quanto à quantidade e qualidade de recursos digitais agregados à modernização dos parques", explica Rogério de Oliveira, diretor de Negócios da empresa. Presente nos parques de cerca de 700 cidades brasileiras, a EXATI exporta soluções digitais para empresas do Chile, Colômbia e México. Para atender às expectativas do mercado, a empresa lançou novos produtos em 2024: "A ferramenta Exati AI Route Planner utiliza inteligência artificial para otimizar o planejamento de rotas das equipes na gestão da ilumina-



ção pública," informa Oliveira. Outra novidade é IoT Hub, solução para centralizar e gerenciar dispositivos de IoT e telegestão de diferentes fornecedores em um único sistema. "Essa integração torna as operações mais eficientes em conformidade com contratos, com liberdade na escolha de fornecedores e acesso a relatórios completos e atualizados", diz o diretor da EXATI.

Há 15 anos no mercado, a KDL Iluminação tem sistemas de telegestão instalados em 600 mil pontos de luz para melhorar a eficiência energética nos parques de

IP entre eles, os das cidades de Guarulhos, Santo André, São Caetano e São Paulo.

"Mesmo tendo sido um ano atípico, por causa das eleições municipais e adaptação à norma do INMETRO, que exige a homologação dos produtos, foi um ano bom para a empresa", avalia Klaus Lacher, CEO da KDL. Mas pode melhorar com a popularização das smart cities: "Afinal, a telegestão das redes de IP é o ponto de partida para a implementação de recursos de cidade inteligente nos parques."



Focada na resolução de problemas de conectividade para habilitar ecossistemas inteligentes, a Nouvenn do Brasil fornece solução de telegestão de IP para mais de 20 municípios brasileiros. A triplicação das vendas desde 2023 levou a empresa a investir mais em inovação. "Nosso objetivo é trabalhar para tornar as cidades mais inteligentes, tecnológicas e seguras", diz Nilson Tanji, diretor Comercial da empresa. "Já tínhamos a solução de comunicação RF Mesh e agora oferecemos a NB-IoT, que pode ser implantada isoladamente ou de forma híbrida em um mes-

mo projeto, garantindo a melhor performance, de acordo com a disponibilidade de cobertura da conectividade".

A Constanta/Nexum, outra empresa especializada em sistemas de telegestão para iluminação pública que equipa as redes de 15 cidades, espera um crescimento de vendas mais expressivo do que o registrado. "Existe uma gama enorme de soluções digitais para uma mesma cidade, mas poucas prefeituras projetam investir de forma abrangente em aplicações de cidade inteligente," comenta Eduardo Arcas, Head IoT Latam.



O Brasil é pioneiro no uso da tecnologia de telegestão na iluminação pública da multinacional Netmore Group, com oito cidades brasileiras atendidas. Mesmo com a entrada recente no segmento, a telegestão representa 10% das vendas da empresa. "Em termos de pontos conectados, o Brasil é responsável por cerca de 30% do faturamento total, porém, o impacto é menor, dada a situação cambial desfavorável," explica Otavio I. Silva, Business Manager da companhia. O futuro da implementação de recursos de cidade inteligente por meio dos sistemas de IP ainda é visto como incerto pelo executivo: "Não há economia de escala de sensores utilizando as diversas tecnologias de comunicação sem fio," avalia o executivo da Netmore. "Esse ecossistema fraco de soluções e escolha única da tecnologia de comunicação perpetua a dificuldade, isso sem contar com a falta de recursos para implementar de soluções fora do escopo da COSIP".

A Unidesk oferece soluções de inteligência geográfica, prestando serviços de engenharia e tecnologia da informação voltados ao segmento de iluminação pública em mais de 350 municípios brasileiros, por meio da solução Gisworks, que permite a atualização precisa do inventário de IP. O sucesso junto às PPPs e aumento de 15% nas vendas, impulsionou a diversificação do portfólio da empresa. "O software Urbanogeo, desenvolvido para a gestão de dados espaciais das cidades, está sendo muito bem recebido pelos clientes", afirma Giordano Santana, CEO da Unidesk.



NOVA COSIP DEVERÁ SER TESTADA NA PRÁTICA

A Reforma Tributária permitiu que a COSIP custeie sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, além, claro, dos serviços de iluminação pública. Como essa mudança não eliminou todas as dúvidas, hoje se discute o Projeto de Lei nº 108/24, em trâmite no Senado, que especifica quais atividades podem ser remuneradas pelo tributo.

Embora o PL não liste atividades concretas, alguns serviços encaixam-se claramente nos conceitos ali definidos em linha com a Reforma Tributária (telegestão, videomonitoramento, radares inteligentes, sensores ambientais para prevenção de desastres). Já outros servi-

ços estariam fora do guarda-chuva da COSIP (fibra ótica e antenas 5G), enquanto outros permanecem em uma zona cinzenta, tal como wi-fi público.

Se aprovado, o PL dará mais segurança jurídica à destinação da COSIP, mas, justamente por não haver uma definição clara de serviços, as soluções concretas experimentadas pelos municípios é que serão determinantes para eleger atividades a serem custeadas com a menor margem de controvérsia possível. Portanto, a experimentação é imprescindível, seja na estruturação de novos projetos, seja em termos aditivos aos contratos de concessão.

Enquanto as novas destinações não ficam mais claras, os municípios poderão, até 2033, seguir desvinculando 30% da COSIP para quaisquer finalidades, entre as quais, as relacionadas às cidades inteligentes sobre as quais não há certeza se podem ser remuneradas pela parcela não desvinculada. Contudo, essa possibilidade não pode inibir que projetos sejam estruturados ou contratos sejam pertinentemente aditados para permitir que essas atividades sejam custeadas pela parte não desvinculada da COSIP.

Assim, a Reforma Tributária e a futura regulamentação por lei são relevantes, porém a verdadeira inovação ocorrerá na prestação dos serviços em concreto, o que exigirá trabalho conjunto dos setores público e privado para viabilizar a destinação da COSIP a novas finalidades, sem, no entanto, deixar de remunerar os serviços de iluminação pública.



Enquanto as regras não ficam claras, os municípios poderão desvincular 30% do tributo

Ana Paula Peresi de Souza é advogada da Lacaz Martins Pereira Neto Gurevich & Schoueri Advogados. É mestre e doutoranda em Direito Administrativo

QUEM SOMOS

ABCIP

Pedro Vicente Iacovino

Presidente

Vanessa Rosa

Diretora Jurídica

Novack Henrique

Diretor de Relações Institucionais

Marcelo Menegatto

Diretor de Tecnologia

Eliana Estelino

Assessora Institucional

Juliana Ulian

Assessora de Marketing

Leila Reis

Assessora de Imprensa

Monica Milone

Assessora Institucional

COMITÊS DE TRABALHO

TELEGESTÃO

Líder – Luciano Rosito

Abimael Calisto Sena, Adalberto Battistini, Agneuson Júnior, Alberto Bonzo, Alex Sato, André Toledo, Arthur Grellet, Carlos Eduardo Souza, Daniel Fujihara, Daniel Russi, Daniel Segato, Eduardo Arcas, Eli Gustavo Bill, Franz Lacher, Giordano de Almeida Santana, Gustavo Zarife, Jorge Luis Demoliner, Josemar Brancacci, Luca Siqueira, Luis Artur Bernardes, Marcelo Menegatto, Matheus Landsman, Nilson Tanji, Plínio Godoy, Rafael Mesquita, Rôgerio Oliveira, Sérgio Nakagava

CIDADES INTELIGENTES

Líder – Rafael Ricaldoni

Alexandre Destro, Antonio Carlos Piccino Filho, Carlos Cipriano, Celso Garcia, Denis Weis Naressi, Eduardo Arcas, Eli Gustavo Bill, Evelyn Scapin, Felipe Fulgêncio, Gabriel Alexandre Brito, Giordano Santana, Hector Felix, Juliano Keller Dal Pont, Klaus Lacher, Luca Siqueira, Luciano Rosito, Marcelo Menegatto, Matheus Landsman, Miguel Braga, Plínio Godoy

PESSOAS

Líder – Newton Azevedo

Abimael Calisto Sena, Alexandre Destro, Márcia Martinez, Mariana Belon, Regis Haubert



ABCIP

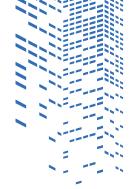
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

www.associacaoabcip.com.br

contato@associacaoabcip.com.br – Lia Fernanda – 11 91304-0730

NOSSOS ASSOCIADOS





NOSSOS ASSOCIADOS



FORMAÇÃO CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM ÁGUA



Lacaz Martins,
Pereira Neto,
Gurevich
& Schoueri.







NOSSOS ASSOCIADOS



Viva a Transformação das Cidades através da **Telegestão da** **Illuminação Pública**

Com mais de 300 mil pontos vendidos, o NOX Smart Lighting, solução IOT com conectividade NB_IoT 4G, possibilita que a sua cidade faça uma gestão mais inteligente do Parque de Iluminação Pública:

- + Eficiência operacional
- + Segurança pública
- + Sustentabilidade
- + Transparência

Tudo isso com a **primeira solução homologada pelo Inmetro** no Brasil e com uma implantação plug-in-play em qualquer luminária.



20 A 30%
ECONOMIA ADICIONAL
DE ENERGIA

UMA PARCERIA

M2M
MEASURE TO MANAGE

EETIM



NOX
Smart Lighting





ABCIP

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS CONCESSIONÁRIAS
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA